

# economia

## Sem tarifas de Trump, dólar fecha abaixo de R\$ 6

Avaliação de que presidente dos EUA será mais comedido fez moeda despencar pela primeira vez desde novembro, a R\$5,94

### / MERCADO FINANCEIRO

A avaliação dos investidores de que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, será mais comedido e estratégico na adoção de tarifas de importação - usando - as como ferramentas para atingir os objetivos do governo, e não como armas numa guerra comercial - diminuiu a percepção sobre os riscos à economia global e beneficiou principalmente as moedas de países emergentes exportadores de commodities. O dólar, porém, caiu mais ante o real que em relação aos pares da moeda brasileira.

No mercado à vista, recuou 1,40%, para R\$ 5,9465 - menor nível de fechamento desde 27 de novembro, quando encerrou o pregão a R\$ 5,9135. No mercado futuro, o contrato do dólar para fevereiro tinha queda de 1,33% por volta das 17h05, a R\$ 5,9560. Na mínima da sessão, o dólar à vista chegou a R\$ 5,9165 - menor taxa intradia desde 12 de dezembro. Já

o dólar futuro tocou R\$ 5,9255.

Na véspera, Trump indicou que pretende taxar em 10% as importações de produtos chineses. O número surpreendeu, dado que durante a campanha ele chegou a prometer taxa de até 60%. Além disso, uma reportagem do Wall Street Journal apontou que o objetivo de Trump ao taxar produtos do México e Canadá era antecipar de 2026 para 2025 a negociação do acordo de livre-comércio entre estes dois países e os Estados Unidos.

Segundo Luciano Costa, economista-chefe e sócio da Monte Bravo Investimentos, as notícias se alinham à percepção de uma abordagem menos bélica e mais estratégica da Casa Branca. “A sensação de que o aumento de tarifas está com esse papel, defendido pela parte mais moderada da equipe econômica do Trump, está deixando o mercado com menos risco”, disse.

Matheus Massote, sócio da One Investimentos, ressalta que

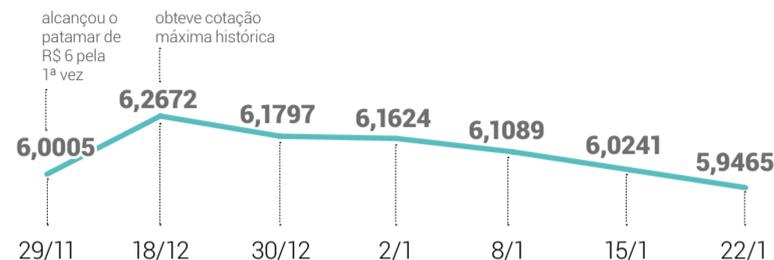
a percepção de que a política tarifária de Trump não será tão dura é relevante também porque afeta diretamente a expectativa em torno do resultado da balança comercial.

Ele aponta que, depois da piora na taxa de câmbio no final do ano passado em função de receios com a sustentabilidade das contas públicas e de fatores sazonais, como as remessas de capital de empresas ao exterior, a diminuição da percepção de risco colabora para que os investidores prestem mais atenção aos fundamentos - o que, no momento favorece o real diante da forte depreciação observada em dezembro.

Um outro fator que colaborou com a queda do dólar hoje foi a velocidade das perdas e o rompimento de níveis psicológicos relevantes - como a barreira dos R\$ 6. “Havia uma posição técnica muito assimétrica. O mercado estava apostando em depreciação de real. Quando rompe determinados níveis, vem a zeragem

### Dólar comercial

Comportamento desde que a moeda atingiu o nível de R\$ 6:



destas posições”, disse Costa, da Monte Bravo.

O caminho para um real mais valorizado, porém, ainda pode enfrentar obstáculos. Segundo Glaucy Lima, gestora de câmbio da Fair Corretora, comentou que o fluxo de dólares para fora do Brasil ainda é relativamente grande.

“Há muita gente muito insegura com questões políticas. Entre os brasileiros ainda está saindo mais dinheiro do que entrando, vemos isso pelo fluxo da carteira de clientes. E na parte de turismo, tinha-se uma perspecti-

va de aumento no ingresso de dólares em janeiro e fevereiro, mas também não está entrando pagamento de estrangeiros”, afirmou.

O fluxo cambial do Brasil foi negativo em US\$ 3,804 bilhões de 1º a 17 de janeiro, segundo dados preliminares divulgados nesta quarta-feira pelo Banco Central. O canal financeiro teve saída líquida de US\$ 2,127 bilhões. O comercial, saldo negativo de US\$ 1,677 bilhão. Os números porém, são anteriores à posse de Trump, no dia 20. E, na semana passada apenas, o fluxo foi positivo em US\$ 806 milhões.

## Vamos buscar ‘intervenções’ para baratear alimentos, afirma Rui Costa

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse nesta quarta-feira, que o governo federal buscará intervenções para baratear os alimentos. Segundo ele, haverá reuniões com os ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Fazenda sobre o assunto. Ele deu a declaração em entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, do CanalGov, o veículo institucional do governo federal.

A inflação é uma das grandes preocupações do governo federal. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva teme que o aumen-

to nos preços dos alimentos afete sua popularidade.

Rui Costa afirmou que haverá conversas com os outros ministérios ligados ao tema dos alimentos “para buscar conjunto de intervenções que sinalizem para o barateamento dos alimentos”. Ele também afirmou que o haverá, no primeiro bimestre do ano, implementação de medidas sugeridas pelos supermercados para tentar conter os preços. O ministro afirmou que o clima atrapalhou a safra no ano passado, e que isso contribuiu para a inflação dos alimentos.



Ministro disse que haverá conversa com outras pastas sobre o tema

## Fazenda e BC planejam investimentos como garantia

O Ministério da Fazenda e o Banco Central trabalham em conjunto na criação de um sistema para ampliar o uso de ativos financeiros como garantia de empréstimos concedidos pelos bancos para empresas e pessoas físicas.

Entre esses investimentos, poderão ser usados como garantia cotas de fundo de investimento, de consórcios, CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), LCAs (Letras de Crédito do Agropólio) e LCIs (Letras de Crédito Imobiliário).

A medida integra a lista de 25 iniciativas elencadas pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) para o biênio 2025-2026. A agenda foi apresentada por Haddad na reunião ministerial realizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na última segunda-feira.

A proposta faz parte de uma das três frentes de trabalho da agenda, que trata de medidas voltadas para a melhoria do ambiente de negócios. As outras duas frentes abarcam medidas para a estabilidade macroeconômica e o plano de transformação ecológica.

A ideia é integrar as garantias num único sistema para

facilitar a concessão dos empréstimos pelas instituições financeiras e baratear o custo do crédito. A medida precisa ser aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), sem necessitar de um projeto de lei para entrar em vigor. O BC também vai editar uma resolução.

Em setembro do ano passado, o CMN já deu um primeiro passo ao regulamentar o uso de recursos da Previdência como garantia em empréstimos. Na época, resolução conjunta do CMN e do Conselho Nacional de Seguros Privados permitiu que os recursos acumulados em planos de Previdência complementar aberta, em seguro de pessoas e em títulos de capitalização servissem de garantia nas operações de crédito contratadas com instituições financeiras.

Com a nova medida em elaboração na área econômica, o governo vai ampliar o escopo dos ativos financeiros que poderão ser dados como garantia e visualizados num único sistema para aumentar a concorrência entre os bancos.

Segundo pessoas a par das negociações, o mais provável é que esse sistema fique acoplado ao open finance do BC, ecossiste-

ma que já existe e permite a clientes compartilharem informações de suas contas com diferentes bancos. As informações dos ativos para a oferta da garantia só estarão disponíveis com o consentimento do cliente bancário.

Hoje, já existe uma norma disciplinando o que pode ser dado como garantia. O problema é que cada instituição financeira tem dificuldade de aceitar o ativo de outro banco. No caso dos fundos de investimento, cada banco conta uma escrituração própria. Isso torna mais difícil para outro banco dar o empréstimo aceitando a cota de fundo de investimento de outra instituição financeira como garantia.

O mesmo vale para os CDBs, um dos instrumentos financeiros mais tradicionais do mercado brasileiro e muito adquirido pelo investidor pessoa física. Nesse cenário, o cliente acaba ficando mais atrelado ao banco onde está a sua aplicação.

A lista de medidas da agenda econômica também inclui o envio ao Congresso de projeto de lei com medidas para o fortalecimento da regulação brasileira para que empresas nacionais não sejam prejudicadas por práticas anticompetitivas de big techs.